



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)
EDITAL 01/2025, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

CADERNO DE PROVA – TARDE
TIPO 1

INCRA - ANTROPOLOGIA - BRASÍLIA - DF

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

1. Este caderno de prova contém **60 (Quarenta)** questões de múltipla escolha, de **1 a 60** e distribuídas da seguinte forma:
 - 1 a 10 - Língua Portuguesa
 - 11 a 15 - Desafios do Estado de Direito: Democracia e Cidadania
 - 16 a 20 - Ética e Integridade
 - 21 a 25 - Diversidade e Inclusão da Sociedade
 - 26 a 35 - Noções de Administração Pública
 - 36 a 40 - Conceitos Fundamentais e Noções de Pesquisa Social
 - 41 a 60 - Legislação e Políticas Públicas
2. Confira se a quantidade e a ordem das questões deste caderno de prova estão de acordo com as instruções anteriores. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões de múltipla escolha, são apresentadas **4 (quatro)** alternativas de resposta. Apenas **1 (uma)** resposta responde corretamente à questão.
4. O tempo disponível para esta prova é de **5 (cinco) horas**.
5. Reserve tempo suficiente para o preenchimento da folha de respostas (prova objetiva).
6. Os rascunhos e as marcações assinaladas neste caderno **não** serão considerados para avaliação.
7. O candidato somente poderá se retirar do local da aplicação das provas após **1 (uma) hora** de seu início, mas somente poderá levar consigo o caderno de questões no decurso dos últimos **30 (trinta)** minutos anteriores ao horário determinado para o encerramento da prova.
8. Não será permitida a anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio.
9. Quando terminar, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas.
10. Boa prova!

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

O que são as engenhosas caixas de Ward e como elas transformaram a economia mundial

A história das descobertas científicas inclui criações que, motivadas por interesses pessoais, acabaram produzindo efeitos inesperados e duradouros. Foi o que ocorreu com Nathaniel Bagshaw Ward, cujo fascínio pela botânica surgiu ainda na juventude, durante uma viagem à Jamaica. No século 19, esse interesse encontrava terreno fértil na Inglaterra, então tomada por uma intensa febre botânica, que mobilizava amadores e cientistas em busca de espécies exóticas.

Embora tenha se formado em medicina, Ward dedicou-se também à botânica e à entomologia. Em Londres, porém, enfrentava dificuldades para manter vivas muitas plantas, especialmente fetos e musgos. A Revolução Industrial havia transformado o ambiente urbano, e a poluição gerada pelas fábricas comprometia seriamente a sobrevivência das espécies cultivadas.

A solução surgiu de modo fortuito. Por volta de 1829, ao observar uma crisálida mantida em um recipiente de vidro selado, Ward notou o crescimento inesperado de um feto. O recipiente reproduzia um ciclo básico de evaporação e condensação, criando um microambiente estável. A partir dessa constatação, ele concebeu uma estufa selada em miniatura, feita de vidro e madeira, capaz de proteger plantas do ar contaminado.

Os experimentos mostraram-se eficazes, e Ward percebeu que sua invenção podia resolver outro problema recorrente: o transporte de plantas em longas viagens marítimas. Em testes com a Austrália, as plantas sobreviveram tanto na ida quanto na volta, comprovando a viabilidade do método. Embora Ward tenha imaginado aplicações domésticas e médicas para seu invento, não antecipou o impacto que ele teria sobre a economia global.

As caixas de Ward revolucionaram o transporte de plantas entre continentes. Importadores passaram a relatar índices de sobrevivência muito superiores aos anteriores, e a técnica rapidamente se difundiu. Potências imperiais logo perceberam seu valor estratégico. No caso britânico, o método foi decisivo para romper o monopólio chinês do chá, permitindo o contrabando de mudas e a implantação de grandes plantações na Índia.

Processo semelhante ocorreu com a borracha. Sementes da seringueira amazônica foram transportadas em caixas de Ward para jardins botânicos europeus e, depois, para o Sudeste Asiático, onde deram origem a plantações altamente produtivas. Com isso, o Brasil perdeu sua posição central no comércio mundial do produto, que passou a beneficiar o Império Britânico.

Outros impérios também recorreram à invenção. A Cinchona, fonte da quinina usada no combate à malária,

foi levada dos Andes para colônias asiáticas, viabilizando a expansão europeia nos trópicos. O cacau, originalmente concentrado nas Américas, espalhou-se pela África Ocidental e pela Ásia, transformando essas regiões em grandes produtoras. Já a baunilha, após o transporte em caixas de Ward e o desenvolvimento da polinização manual, teve seu centro produtivo deslocado para Madagascar.

Ao longo do tempo, inúmeras plantas ornamentais e agrícolas atravessaram oceanos protegidas por essas estruturas simples. O que começou como uma solução engenhosa para um problema pessoal acabou reconfigurando cadeias produtivas, mercados e paisagens, deixando uma marca profunda na geografia botânica e na economia mundial.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5yq23zzel3o>. adaptado.

Questão 01

Estudos sobre tipologia textual destacam que os textos se organizam conforme a finalidade comunicativa predominante, o modo de estruturação das ideias e a relação estabelecida entre enunciador, enunciado e interlocutor.

Assinale a alternativa correta quanto à tipologia textual predominante no texto-base apresentado.

- (A) Predomina a tipologia argumentativa, pois o texto busca convencer o leitor por meio de teses explícitas e estratégias persuasivas centradas na opinião do autor.
- (B) Predomina a tipologia expositiva, pois o texto organiza informações de forma objetiva, explicando processos históricos e relações causais sem recorrer à ficcionalização.
- (C) Predomina a tipologia injuntiva, já que o texto orienta ações e propõe procedimentos a serem seguidos pelo leitor no campo científico e econômico.
- (D) Predomina a tipologia narrativa, uma vez que os fatos são organizados exclusivamente em sequência temporal com foco em personagens e conflitos centrais.

Questão 02

O texto mobiliza expressões cujo sentido não se esgota no significado dicionarizado, exigindo interpretação orientada pelo encadeamento histórico e pelos efeitos atribuídos à invenção apresentada.

Considerando os significados contextuais das expressões linguísticas no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A expressão "valor estratégico" restringe-se ao reconhecimento científico da invenção, sem vinculação com disputas econômicas, políticas coloniais ou interesses comerciais das potências imperiais.

- (B) A expressão "marca profunda" limita-se a um impacto simbólico na história da botânica, sem relação com transformações materiais nas paisagens agrícolas ou na economia mundial.
- (C) A expressão "efeitos inesperados e duradouros" refere-se a consequências históricas e econômicas que ultrapassam a intenção inicial do inventor.
- (D) A expressão "febre botânica" deve ser compreendida como referência literal a uma enfermidade coletiva que atingiu a população inglesa, afetando diretamente as condições de saúde no século 19.

Questão 03

Importadores passaram a relatar índices de sobrevivência muito superiores aos anteriores, e a técnica rapidamente "se difundiu".

Considerando a regência verbal da forma destacada no período, assinale a alternativa correta.

- (A) O verbo "se difundiu" é empregado como verbo pronominal intransitivo, não exigindo complemento verbal; "se" é parte integrante da forma verbal.
- (B) O verbo "se difundiu" é empregado como verbo transitivo direto, em que o pronome "se" retoma o sujeito e funciona como objeto direto posposto ao verbo.
- (C) O verbo "se difundiu" caracteriza-se como verbo bitransitivo pronominal, com objeto direto expresso e objeto indireto elíptico, ambos incorporados ao sentido do enunciado.
- (D) O verbo "se difundiu" configura verbo transitivo indireto, com complemento regido por preposição implícita, recuperável pelo contexto discursivo do período.

Questão 04

Já a baunilha, após o transporte em caixas de Ward e o desenvolvimento da polinização manual, teve seu centro produtivo deslocado para Madagascar.

Considerando aspectos de morfossintaxe no período, assinale a alternativa correta.

- (A) O vocábulo "Já" funciona como advérbio de valor discursivo, estabelecendo relação contrastiva com informações anteriores, sem exercer função sintática de termo essencial da oração.
- (B) A forma verbal "teve" funciona como verbo transitivo indireto, exigindo complemento introduzido por preposição, realizado pelo segmento "para Madagascar".
- (C) O segmento "para Madagascar" desempenha função de complemento nominal, exigido pelo núcleo "centro", indicando relação de finalidade do substantivo.
- (D) A expressão "seu centro produtivo" constitui objeto indireto do verbo, uma vez que apresenta núcleo nominal precedido de determinante possessivo.

Questão 05

O texto aborda a trajetória de uma invenção e seus efeitos históricos, apresentando informações e relações de sentido por meio de recursos linguísticos próprios de um enunciado textual.

Considerando a linguagem verbal e não verbal na construção de sentidos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A linguagem não verbal é responsável pela progressão temática, pois as relações de causa e consequência se estabelecem independentemente de escolhas linguísticas.
- (B) O texto se organiza por recursos verbais, sem incorporar códigos não verbais na materialidade do enunciado apresentado.
- (C) O texto combina linguagem verbal e não verbal, pois a argumentação histórica exige elementos visuais para assegurar a compreensão do leitor.
- (D) A linguagem não verbal está presente porque a menção a objetos e cenários converte automaticamente a descrição em código visual integrante do texto.

Questão 06

No século 19, esse interesse encontrava terreno fértil na Inglaterra, então tomada por uma intensa febre botânica, que mobilizava amadores e cientistas em busca de espécies exóticas.

Assinale a alternativa correta quanto às classes de palavras e ao valor semântico dos vocábulos destacados na frase.

- (A) "Então" é conjunção adversativa, exprimindo oposição ao termo anterior; "que" funciona como conjunção integrante, sem valor referencial.
- (B) "Então" é advérbio de intensidade, reforçando o predicado; "que" exerce função de pronome indefinido, sem antecedente explícito.
- (C) "Então" é advérbio, com valor semântico conclusivo/contextual; "que" é pronome relativo, introduzindo oração adjetiva explicativa.
- (D) "Então" é advérbio de tempo, e "que" funciona como conjunção integrante, introduzindo oração subordinada sem valor referencial próprio.

Questão 07

Foi o que ocorreu com Nathaniel Bagshaw Ward, cujo fascínio pela botânica surgiu ainda na juventude, durante uma viagem à Jamaica.

Em relação ao sinal indicativo de crase, é correto afirmar que, nesta frase:

- (A) O emprego da crase em "à Jamaica" é obrigatório, pois o verbo rege a preposição "a", e o topônimo admite artigo feminino.

- (B) O acento grave resulta de uma convenção estilística associada a nomes geográficos femininos, não havendo relação com a estrutura sintática da expressão.
- (C) O acento grave é facultativo, uma vez que nomes próprios de países dispensam artigo definido e não admitem regra fixa de crase.
- (D) A crase decorre do uso consagrado de nomes próprios femininos de países, mas, nesse contexto específico, o sinal indicativo não se relaciona à regência do termo antecedente.

Questão 08

Os experimentos mostraram-se eficazes, e Ward percebeu que sua invenção podia resolver outro problema recorrente: o transporte de plantas em longas viagens marítimas.

Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal no período.

- (A) A forma verbal "mostraram-se" concorda com o núcleo do sujeito "os experimentos", sendo o pronome "se" parte integrante da forma verbal, sem indeterminação do sujeito.
- (B) A forma verbal "percebeu" mantém-se corretamente no singular, pois a coordenação entre orações não interfere na concordância estabelecida entre o verbo e seu sujeito próprio.
- (C) A forma verbal "podia" permanece no singular por concordar com o núcleo do sujeito da oração subordinada substantiva, independentemente da presença de termos nominais posteriores no predicado.
- (D) A forma verbal "resolver" não sofre flexão, por integrar uma locução verbal em que apenas o verbo auxiliar recebe marcas de número e pessoa.

Questão 09

As caixas de Ward revolucionaram o transporte de plantas entre continentes.

Considerando os processos de formação de palavras relacionados aos vocábulos destacados no período, assinale a alternativa correta.

- (A) O substantivo "transporte" decorre de derivação regressiva, pois se obtém por redução formal do verbo "transportar", sem acréscimo de afixos na passagem para o nome.
- (B) O verbo "revolucionaram" constitui derivação sufixal a partir de "revolução", verbalização com o sufixo "-ar", com ajuste fonológico decorrente do processo morfológico.
- (C) O vocábulo "plantas" é formado por composição, pois decorre da junção de dois elementos significativos que preservam autonomia semântica no plural.

- (D) O termo "continentes" resulta de derivação sufixal produtiva, porque apresenta acréscimo do sufixo "-ente" a uma base verbal, formando agente de ação e impondo leitura deverbal.

Questão 10

O texto analisa a trajetória de um invento científico a partir de seu surgimento circunstancial, articulando observação empírica, contexto histórico e efeitos progressivos sobre práticas econômicas e relações de poder.

Considerando a leitura e a análise do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto evidencia que uma invenção para solucionar problema pontual e acabou adquirindo relevância ao ser apropriada por diferentes contextos econômicos e políticos distintos.
- (B) O texto sustenta que a transformação econômica provocada pelas caixas de Ward ocorreu de forma imediata, sem mediação de processos históricos ou interesses estratégicos.
- (C) O texto sugere que o impacto econômico das caixas de Ward decorreu fundamentalmente de uma aplicação científica planejada desde o início por seu criador para alavancar o comércio britânico.
- (D) O texto indica que o sucesso das caixas de Ward se limitou ao contexto nacional, não tendo produzido efeitos relevantes fora do Império Britânico devido à compra e venda de patente por parte de seu criador.

Desafios do Estado de Direito: Democracia e Cidadania

Questão 11

A teoria dos "Diálogos Constitucionais" propõe uma superação da supremacia judicial absoluta em favor de uma interação cooperativa entre o Legislativo e o Judiciário na interpretação da norma fundamental. Acerca desse modelo de coordenação de poderes, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A doutrina dos diálogos constitucionais sustenta que o Legislativo pode reagir a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) através de emendas constitucionais ou novas leis, visando restaurar uma interpretação política divergente da leitura jurídica da corte.

(__) O princípio da "Harmonia entre os Poderes" estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 veda qualquer forma de controle recíproco que resulte na declaração de inconstitucionalidade de leis por omissão parlamentar.

(__) O "Ativismo Judicial" é uma patologia sistêmica que ocorre quando o Judiciário aplica o princípio da inafastabilidade da jurisdição para suprir a inércia deliberada dos demais poderes em políticas públicas essenciais.

()A técnica da "Reclamação Constitucional" é o instrumento processual exclusivo do Poder Legislativo para contestar, perante o Senado Federal, as súmulas vinculantes que interfiram na competência normativa das comissões temáticas.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, F, V, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, V, V, V.

Questão 12

A incorporação de tratados internacionais de direitos humanos ao ordenamento jurídico brasileiro influencia o controle de validade das normas internas. Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do status normativo desses tratados, assinale a alternativa correta.

- (A) Todo tratado internacional de direitos humanos ratificado pelo Brasil possui automaticamente hierarquia constitucional, independentemente do procedimento legislativo adotado.
- (B) Tratados internacionais de direitos humanos não podem ser utilizados como parâmetro para afastar a aplicação de normas internas no controle jurisdicional.
- (C) Tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo Congresso Nacional com o quórum do artigo 5º, § 3º, da Constituição possuem status equivalente ao de emenda constitucional.
- (D) Tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo procedimento legislativo ordinário possuem hierarquia infralegal e não podem prevalecer sobre leis federais.

Questão 13

O presidencialismo brasileiro é frequentemente classificado como um "Presidencialismo de Coalizão", termo cunhado por Sérgio Abranches para descrever a necessidade de alianças parlamentares estáveis em um ambiente de multipartidarismo extremo. Analise as afirmativas a seguir sobre as capacidades governativas e os mecanismos de controle de agenda:

I.A Medida Provisória (MP) é o principal instrumento de controle de agenda legislativa pelo Poder Executivo, permitindo que o Presidente da República inaugure o processo normativo com força de lei antes da deliberação congressional.

II.O federalismo brasileiro impacta a capacidade governativa presidencial ao exigir que as coalizões no Congresso Nacional contemplem não apenas ideologias partidárias, mas também interesses regionais e as demandas dos governadores estaduais.

III.A proibição constitucional de reedição de Medida

Provisória (MP) que tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa visa mitigar a hipertrofia do Executivo e preservar a autonomia deliberativa das Casas Legislativas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I apenas.
- (D) I e II apenas.

Questão 14

A Justiça de Transição no Brasil enfrenta obstáculos jurídicos relacionados à interpretação da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei de Anistia), em face das condenações do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). No que concerne ao dever de reparação e punição por crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura militar, assinale a alternativa correta.

- (A) A violência de Estado perpetrada durante regimes autoritários prescreve no prazo de vinte anos para fins de responsabilidade civil das Forças Armadas, conforme estabelecido pelo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) para danos patrimoniais.
- (B) O direito à memória e à verdade é uma faculdade discricionária do Estado brasileiro, sendo que a criação da Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011) possui natureza meramente indenizatória, sem reflexos na reparação simbólica.
- (C) A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no julgamento do caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia), determinou que as disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e punição de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- (D) O Supremo Tribunal Federal (STF), na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, reconheceu que a anistia concedida aos agentes públicos foi bilateral e ampla, sobrepondo-se à obrigatoriedade de persecução penal estabelecida pelas sentenças de cortes internacionais de direitos humanos.

Questão 15

Abordagens contemporâneas das ciências sociais e do direito têm buscado compreender como diferentes fatores sociais influenciam a produção e a reprodução das desigualdades. Considerando essa perspectiva analítica, originalmente desenvolvida por Kimberlé Crenshaw, assinale a alternativa correta.

- (A) A interseccionalidade pressupõe que as desigualdades sociais não operam de forma isolada, mas se sobrepõem e se potencializam (como o racismo e o sexismo), criando vulnerabilidades específicas que exigem respostas estatais transversais e multidimensionais.
- (B) A desigualdade de gênero no mercado de trabalho é um fenômeno cultural imune à intervenção legislativa, sendo as ações afirmativas para mulheres em cargos de direção consideradas inconstitucionais por violarem o direito de propriedade dos empregadores.
- (C) A injustiça etária contra a pessoa idosa é classificada como uma discriminação de natureza exclusivamente previdenciária, sendo vedado ao Estado interferir em relações familiares ou de trabalho para garantir a inclusão digital dessa população.
- (D) O combate às desigualdades regionais no Brasil deve ser pautado exclusivamente pela métrica da renda per capita média, ignorando-se as disparidades étnico-raciais e de gênero, para garantir que o princípio da isonomia salarial seja preservado na administração pública.

Ética e Integridade

Questão 16

Ao implementar programa de atendimento a comunidades rurais, o INCRA revisou seus procedimentos para garantir linguagem acessível, critérios objetivos de atendimento e canais de escuta social, com o objetivo de reduzir desigualdades no acesso às políticas públicas. As ações buscaram ampliar a confiança institucional e assegurar tratamento justo aos usuários dos serviços públicos. Considerando os princípios da gestão pública contemporânea, assinale a alternativa que indica corretamente os efeitos das medidas adotadas.

- (A) A eficiência administrativa desvinculada de preocupações com inclusão, participação social e justiça distributiva.
- (B) O controle hierárquico como instrumento central de qualidade do serviço, independentemente do impacto social das decisões.
- (C) A transparência aliada à promoção da equidade social e ao fortalecimento da cidadania.
- (D) A padronização rígida dos serviços públicos, ainda que isso desconsidere desigualdades estruturais entre os usuários.

Questão 17

Servidor do INCRA, no exercício de atribuições relacionadas à regularização fundiária, identifica que um processo sob sua responsabilidade envolve interessado com vínculo de parentesco distante com outro servidor da unidade (parente sem grau de impedimento legal formal), ainda que sem relação hierárquica ou atuação direta no feito. Considerando o impacto institucional e a

necessidade de preservação da confiança pública, o servidor comunica a chefia imediata e solicita redistribuição do processo, registrando formalmente sua motivação. A conduta foi pautada por valores éticos e constitucionais aplicáveis ao serviço público. À luz do artigo 37 da Constituição Federal e do Decreto nº 1.171/1994, assinale a alternativa que indica corretamente o dever ético evidenciado pela atuação do servidor.

- (A) Promover ampla publicidade da situação funcional dos servidores envolvidos, ainda que isso exponha informações pessoais irrelevantes ao interesse público.
- (B) Assegurar a continuidade da tramitação processual para evitar prejuízos à eficiência, ainda que exista risco de questionamento ético institucional.
- (C) Manter-se na condução do processo sempre que inexistir impedimento legal formal, priorizando a estrita observância da legalidade administrativa.
- (D) Atuar com honestidade e lealdade institucional, prevenindo conflitos de interesses que comprometam a moralidade administrativa.

Questão 18

O INCRA implantou sistema digital com uso de inteligência artificial para triagem inicial de requerimentos administrativos, adotando critérios previamente definidos, possibilidade de revisão humana e divulgação de informações gerais sobre o funcionamento do sistema. Também foram mantidos canais formais de acesso à informação. À luz da Lei nº 14.129/2021, da Lei nº 12.527/2011 e dos princípios da transparência e imparcialidade, assinale a alternativa que justifica corretamente a compatibilidade da prática com o ordenamento jurídico.

- (A) Afasta a incidência do direito de acesso à informação, em razão da complexidade tecnológica dos algoritmos utilizados.
- (B) Permite restringir o acesso às informações sobre o sistema decisório, preservando a discricionariedade técnica da Administração.
- (C) Concilia inovação tecnológica com transparência, controle social e salvaguardas contra decisões automatizadas arbitrárias.
- (D) Autoriza a substituição integral da análise humana por sistemas automatizados, priorizando eficiência em detrimento da revisão administrativa.

Questão 19

No processo de avaliação institucional, o INCRA identificou riscos recorrentes de atraso em projetos estratégicos, decorrentes de falhas de coordenação entre unidades administrativas. Para mitigar esses riscos, a alta administração instituiu instâncias decisórias, definiu responsabilidades, aprimorou fluxos de comunicação e passou a monitorar indicadores alinhados ao planejamento estratégico. As medidas

foram formalizadas e acompanhadas periodicamente. À luz do Decreto nº 9.203/2017, assinale a alternativa que caracteriza corretamente as ações adotadas.

- (A) A aplicação exclusiva de instrumentos de compliance financeiro, limitados ao acompanhamento da execução orçamentária anual.
- (B) A implementação de mecanismos de governança pública voltados à direção, ao controle e à mitigação de riscos institucionais.
- (C) A adoção de práticas operacionais descentralizadas, típicas da gestão administrativa cotidiana, sem vínculo direto com governança.
- (D) A substituição dos sistemas de controle interno por estruturas colegiadas informais, voltadas apenas ao assessoramento gerencial.

Questão 20

Em diagnóstico interno, o INCRA identificou vulnerabilidades em processos administrativos sensíveis, relacionadas à possibilidade de favorecimento indevido e falhas na segregação de funções. Como resposta institucional, estruturou plano de integridade com mapeamento de riscos, capacitação de servidores, canais de denúncia e monitoramento contínuo das medidas adotadas. À luz do Decreto nº 11.529/2023, assinale a alternativa que expressa corretamente o conceito de integridade pública aplicável ao caso.

- (A) A adoção de códigos de conduta formais, ainda que desvinculados da gestão de riscos e do planejamento institucional.
- (B) A responsabilização individual do servidor, prescindindo de políticas organizacionais voltadas à prevenção de riscos.
- (C) A medidas estruturadas de prevenção, detecção e remediação de desvios e irregularidades na Administração Pública.
- (D) A ações disciplinares pontuais, aplicadas exclusivamente após a ocorrência de infrações funcionais devidamente comprovadas.

Diversidade e Inclusão na Sociedade

Questão 21

A jurisdição constitucional brasileira avançou significativamente na proteção da identidade de gênero, especialmente por meio de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que interpretam os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade. No contexto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, que tratou da alteração do prenome e do gênero no registro civil por pessoas transgênero, assinale a alternativa correta.

- (A) A alteração do registro civil de pessoas transgênero é condicionada à comprovação judicial de "disforia de gênero" por meio de perícia médica multidisciplinar, visando garantir a segurança jurídica e evitar fraudes em benefícios previdenciários específicos de gênero.

- (B) A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 aplica-se exclusivamente a indivíduos que já tenham completado a transição física total, sendo vedada a alteração administrativa para pessoas que optem por não realizar procedimentos cirúrgicos invasivos.
- (C) O reconhecimento do direito à alteração do prenome e do gênero no registro civil independe da realização de cirurgia de transgenitalização ou de tratamentos hormonais, podendo ser realizado diretamente pela via administrativa em cartórios de registro civil, sem a necessidade de autorização judicial ou de laudos psicológicos.
- (D) O prenome pode ser alterado administrativamente, mas a retificação do sexo jurídico no registro civil permanece restrita ao ambiente judicial, exigindo que o requerente demonstre a estabilidade da identidade psicossocial por um período mínimo de cinco anos.

Questão 22

O princípio da "Prioridade Absoluta", insculpido no Artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, impõe ao Estado, à família e à sociedade o dever de assegurar direitos fundamentais a crianças e adolescentes com precedência. Analise as afirmativas a seguir sobre o marco legal de proteção:

I.A Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014 (Lei Menino Bernardo), alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para estabelecer o direito de crianças e adolescentes serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel e degradante.

II.O conceito de "Proteção Integral" no ordenamento jurídico brasileiro implica que a aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes em conflito com a lei deve possuir natureza exclusivamente punitiva, visando a retribuição do dano causado à coletividade rural.

III.O direito à convivência familiar e comunitária é garantido de forma prioritária, sendo que a falta ou carência de recursos materiais da família natural não constitui motivo suficiente para a suspensão ou perda do poder familiar ou para o acolhimento institucional.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II apenas.
- (B) III apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 23

O procedimento administrativo para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos é regido pelo Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Sobre o papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nesse processo, assinale a alternativa correta.

- (A) A identificação das terras quilombolas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) deve se restringir às áreas de moradia atual, sendo vedada a inclusão de territórios utilizados para atividades produtivas, culturais ou religiosas que não possuam comprovação de posse documental ininterrupta desde 1888.
- (B) O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão competente para a titulação das terras quilombolas, devendo o procedimento ser iniciado por provocação da comunidade interessada, culminando na emissão de título de propriedade coletivo e pró-indiviso, que é inalienável e imprescritível.
- (C) A titulação definitiva das terras de quilombo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) implica na extinção automática da certificação de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), passando a comunidade a ser regida pelas normas gerais da propriedade privada individual.
- (D) O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) possui natureza meramente informativa, não tendo o poder de suspender processos judiciais de reintegração de posse movidos por terceiros contra a comunidade quilombola ocupante.

Questão 24

O enfrentamento ao racismo estrutural no Brasil exige a implementação de mecanismos de controle e efetivação de ações afirmativas no serviço público federal. Acerca das normativas de cotas raciais e do procedimento de heteroidentificação, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() A Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Federal.

() O critério de fenotípicos, e não a ascendência, é o parâmetro legal primordial a ser utilizado pelas comissões de heteroidentificação para confirmar a autodeclaração de candidatos negros em processos seletivos públicos.

() A recusa do candidato em se submeter ao procedimento de heteroidentificação enseja a anulação imediata de sua inscrição no concurso, sendo-lhe vedada a permanência no certame mesmo nas vagas destinadas à ampla concorrência.

() O Supremo Tribunal Federal (STF), na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, declarou a inconstitucionalidade das cotas étnico-raciais por entender que o princípio da meritocracia deve prevalecer sobre a reparação histórica.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
 (B) V, F, V, F.
 (C) V, V, V, F.
 (D) F, F, V, V.

Questão 25

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, estabelece princípios e diretrizes para a atuação estatal frente a esse grupo de extrema vulnerabilidade social. No que tange aos direitos de circulação e ocupação do espaço público por essa população, assinale a alternativa correta.

- (A) O acesso e a fruição dos espaços e serviços públicos são direitos garantidos à população em situação de rua, sendo vedada a realização de ações higienistas que promovam o recolhimento forçado de pertences pessoais ou o impedimento da livre circulação em logradouros.
- (B) A inexistência de documento oficial de identidade ou comprovante de residência é motivo legal suficiente para o indeferimento de acesso a serviços de saúde e programas de transferência de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- (C) O Município possui competência discricionária para proibir o pernoite em praças públicas e monumentos históricos, devendo o Poder Público utilizar a guarda municipal para a apreensão compulsória de cobertores e utensílios que descaracterizem o patrimônio cultural urbano.
- (D) A assistência à população em situação de rua deve ser condicionada à aceitação compulsória de tratamento para dependência química em comunidades terapêuticas, conforme o modelo de "portas fechadas" estabelecido para a recuperação da cidadania rural.

Noções de Administração Pública

Questão 26

Para ampliar a capilaridade de ações e reduzir gargalos operacionais, o INCRA decide transferir a execução de determinada atividade administrativa a uma entidade distinta, dotada de personalidade jurídica própria, mantendo mecanismos de acompanhamento de resultados e avaliação de desempenho institucional. A equipe jurídica discute se a medida se caracteriza como redistribuição interna de competências ou transferência de execução para outro ente. À luz das noções de centralização e descentralização e da distinção entre órgãos e entidades, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de delegação interna entre órgãos, uma vez que personalidade jurídica não é relevante para classificar a medida.
- (B) Configura centralização, pois o INCRA manteve acompanhamento de resultados, o que impede transferência de execução.

- (C) Caracteriza desconcentração, porque há apenas reorganização interna, sem criação de ente com personalidade própria.
- (D) Trata-se de descentralização administrativa, pois a execução foi atribuída a pessoa jurídica distinta.

Questão 27

Em procedimento interno, o INCRA edita ato administrativo determinando providências imediatas em determinada unidade, com base em presunção de legitimidade e imperatividade. O destinatário do ato alega que o conteúdo é inválido e busca impugná-lo, sustentando que a Administração estaria "sempre correta" e que não haveria como afastar os efeitos do ato. A área jurídica esclarece a natureza dos atributos e seus limites. Considerando conceito, requisitos e atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atributos do ato dispensam motivação e afastam a necessidade de observância de competência e finalidade.
- (B) A presunção de legitimidade é relativa e pode ser afastada mediante prova em contrário.
- (C) A imperatividade está presente em todos os atos administrativos, inclusive nos meramente enunciativos e negociais.
- (D) A autoexecutoriedade depende, como regra, de autorização judicial prévia para qualquer ato administrativo.

Questão 28

Em litígio envolvendo política pública fundiária, o INCRA avalia recorrer de decisão judicial desfavorável. A área técnica destaca que a execução imediata da decisão pode gerar impacto social relevante e beneficiar comunidades, enquanto a área administrativa ressalta o risco de aumento de despesas e efeitos patrimoniais para a autarquia. A autoridade competente solicita parecer sobre a prevalência entre interesses coletivos e interesses patrimoniais do ente. Considerando o regime jurídico administrativo e a distinção entre interesse público primário e secundário, assinale a alternativa correta.

- (A) O interesse público primário, voltado à coletividade, prevalece sobre interesses patrimoniais da Administração.
- (B) O interesse público se confunde com a preservação do patrimônio estatal, devendo sempre prevalecer o interesse arrecadatório.
- (C) A distinção entre interesse primário e secundário é irrelevante para decisões administrativas, pois ambos possuem o mesmo peso jurídico.
- (D) O interesse público secundário autoriza a Administração a atuar contra o interesse social, se houver vantagem financeira para o ente.

Questão 29

Em uma superintendência regional do INCRA, a chefia imediata determina que servidores cumpram uma norma interna informal, criada verbalmente, impondo obrigações de atendimento ao público em horários e formatos não previstos em lei, ato normativo ou regulamento. O servidor responsável pela gestão de pessoas alerta que a medida pode impactar direitos funcionais e criar deveres sem base jurídica. A chefia argumenta que a urgência institucional e a melhoria dos resultados justificam a imposição imediata. Considerando o regime constitucional da Administração Pública e o vínculo funcional do servidor, assinale a alternativa correta.

- (A) A supremacia do interesse público torna dispensável a previsão legal para obrigações relacionadas ao serviço público.
- (B) O poder hierárquico permite inovar livremente no regime jurídico do servidor, desde que haja interesse público envolvido.
- (C) A eficiência administrativa autoriza impor obrigações funcionais por determinação verbal, ainda que sem previsão normativa formal.
- (D) A Administração somente pode impor deveres funcionais com fundamento em lei ou ato normativo válido.

Questão 30

Servidor do INCRA, ocupante de cargo efetivo provido por concurso, é designado para exercer função de confiança na unidade, com responsabilidades de coordenação. Durante o exercício, permanece submetido a deveres éticos e de integridade, além das responsabilidades funcionais do seu vínculo originário. Um colega afirma que a designação altera automaticamente o regime jurídico do servidor. Considerando agentes públicos, cargo, emprego, função e ética profissional, assinale a alternativa correta.

- (A) O exercício de função de confiança afasta deveres éticos, pois a atuação passa a ser predominantemente política e discricionária.
- (B) A função de confiança é exercida por servidor efetivo, sem alteração do vínculo jurídico originário.
- (C) Cargo, emprego e função são equivalentes, não havendo distinções relevantes quanto à natureza jurídica e ao vínculo com a Administração.
- (D) A designação para função de confiança converte o cargo efetivo em cargo em comissão, mudando o regime jurídico do servidor.

Questão 31

Em ato praticado no INCRA, a unidade de controle identifica vício sanável de competência relativa, sem prejuízo ao interesse público e sem afetar os direitos de terceiros. Diante da situação, a autoridade administrativa avalia se deve desfazer o ato ou proceder à sua correção, com o objetivo de preservar a finalidade pública e a segurança jurídica. Considerando a disciplina

dos vícios do ato administrativo, a convalidação e a teoria dos motivos determinantes, assinale a alternativa correta.

- (A) A convalidação somente é possível mediante autorização judicial expressa, por envolver modificação do conteúdo do ato administrativo.
- (B) Sendo vício sanável, o ato pode ser convalidado, desde que não haja prejuízo ao interesse público nem a terceiros.
- (C) Todo vício implica nulidade absoluta do ato administrativo, sendo vedada a convalidação em qualquer hipótese ou circunstância.
- (D) A teoria dos motivos determinantes impede qualquer convalidação, pois vincula de forma irreversível o ato ao motivo declarado.

Questão 32

No processo de capacitação de novos servidores, a direção do INCRA apresenta a estrutura do Estado e as formas de atuação administrativa. Um grupo questiona se o INCRA se equipara a um órgão da Administração Direta, por estar vinculado a ministério, ou se possui personalidade jurídica própria. A dúvida surge durante análise de competências, controles e responsabilidades decorrentes de sua atuação. Considerando a Administração Direta e Indireta e as entidades administrativas, assinale a alternativa correta.

- (A) Autarquias são entidades privadas delegatárias e, por isso, não integram a Administração Pública Indireta formalmente.
- (B) O INCRA é órgão da Administração Direta, sem personalidade jurídica própria, vinculado a ministério por subordinação hierárquica.
- (C) O INCRA é autarquia federal, pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Indireta.
- (D) Entidades da Administração Indireta atuam sem controle finalístico do ente instituidor, para preservar sua autonomia decisória.

Questão 33

Em projeto integrado de governança territorial, o INCRA estabelece cooperação com municípios para organizar cadastros e apoiar ações locais vinculadas à política fundiária. Durante a execução, um gestor municipal solicita que o INCRA imponha, por orientação administrativa, mudanças nos procedimentos internos da prefeitura, sob o argumento de padronização nacional. O corpo técnico do INCRA ressalta limites constitucionais relacionados à autonomia municipal e à repartição federativa de competências. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A União pode redefinir competências municipais por atos infralegais quando houver cooperação federativa em políticas públicas.

- (B) Os municípios detêm autonomia política, administrativa e financeira, nos termos previstos na Constituição.
- (C) A organização dos poderes autoriza que decisões do Executivo federal substituam atos normativos municipais de forma automática.
- (D) A autonomia municipal limita-se à execução de políticas, devendo obedecer a orientações administrativas federais em qualquer hipótese.

Questão 34

Durante fiscalização, o agente do INCRA impõe restrições a particular e determina obrigações adicionais não previstas no ato normativo aplicável, adotando medidas desproporcionais e excedendo limites legais. O administrado questiona a conduta, alegando que a atuação extrapolou o poder de polícia e comprometeu direitos. O setor competente analisa se houve exercício legítimo do poder ou abuso. Considerando poder de polícia e uso e abuso do poder, assinale a alternativa correta.

- (A) O abuso de poder depende de prova de dolo específico, sendo inviável quando o agente alega finalidade pública genérica.
- (B) A legalidade do ato de polícia não admite controle judicial, pois envolve mérito administrativo e escolhas discricionárias.
- (C) Havendo extrapolação de limites legais, caracteriza-se abuso de poder por excesso, passível de controle.
- (D) No poder de polícia, a discricionariedade autoriza impor restrições ilimitadas, independentemente de proporcionalidade ou motivação.

Questão 35

Em revisão de benefícios concedidos em processo administrativo, o INCRA identifica que determinado ato foi praticado com violação à norma legal vigente à época de sua edição, embora tenha produzido efeitos por certo período. Diante da constatação, a autoridade competente decide desfazer o ato e surge debate acerca de saber se a medida decorre de conveniência administrativa ou de ilegalidade, bem como sobre os efeitos dessa decisão no tempo. Considerando a disciplina da extinção dos atos administrativos, especialmente a revogação e a anulação, assinale a alternativa correta.

- (A) A anulação decorre de ilegalidade e, em regra, produz efeitos retroativos, ressalvada a proteção da boa-fé e de direitos de terceiros quando cabível.
- (B) A revogação é o instrumento adequado para retirar atos ilegais, sendo obrigatória sempre que identificado qualquer vício de legalidade.
- (C) Atos administrativos que produziram efeitos não podem ser desfeitos pela Administração, sob pena de violação automática ao princípio da segurança jurídica.

- (D) A anulação administrativa depende exclusivamente de decisão judicial, não sendo admitido o exercício da autotutela pela Administração Pública.

Conceitos Fundamentais e Noções de Pesquisa Social

Questão 36

A construção da identidade nacional brasileira enfrenta o desafio de conciliar o mito da democracia racial com as demandas de reconhecimento do multiculturalismo crítico. Considerando as nuances desta discussão, analise as afirmativas a seguir:

I.O multiculturalismo crítico no Brasil propõe que a identidade nacional deve ser reconstruída a partir da denúncia das relações de poder e subalternidade que historicamente invisibilizaram as comunidades tradicionais e povos originários.

II.A noção de hibridismo cultural, se aplicada sem mediação política crítica, pode mascarar assimetrias sociais ao sugerir uma fusão harmônica de matrizes culturais distintas na formação da sociedade, despolitizando as lutas por reconhecimento.

III.O multiculturalismo liberal foca exclusivamente na assimilação forçada de culturas minoritárias à cultura nacional dominante, rejeitando qualquer política de ação afirmativa ou reconhecimento de direitos territoriais específicos por parte do Estado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
(B) II apenas.
(C) III apenas.
(D) I, II e III.

Questão 37

A relação entre Estado e sociedade no Brasil contemporâneo é mediada por indicadores demográficos e pressões econômicas que impactam diretamente a efetivação dos direitos fundamentais. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

()A transição demográfica brasileira altera a pirâmide etária nacional, exigindo do Estado a repactuação de direitos humanos para garantir a proteção de grupos vulneráveis em contexto de retração proporcional da população economicamente ativa.

()A sociologia dos direitos humanos defende que a universalidade desses direitos é um conceito puramente econômico, devendo ser aplicada apenas em nações que atingiram o pleno desenvolvimento industrial e estabilidade demográfica.

()O conceito de "mínimo existencial", oriundo da intersecção entre economia política e direitos humanos, é fundamental para assegurar que políticas de ajuste fiscal não violem a dignidade da pessoa humana no

acesso a serviços básicos.

()Estudos demográficos contemporâneos demonstram que a densidade populacional é o único fator determinante e isolado para a violação sistemática de direitos humanos em áreas rurais destinadas à reforma agrária no território nacional.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
(B) F, V, F, V.
(C) V, V, V, V.
(D) V, F, V, F.

Questão 38

O debate contemporâneo sobre o equilíbrio entre equidade social e desenvolvimento econômico, especialmente no licenciamento de grandes obras de infraestrutura, confronta visões utilitaristas com perspectivas focadas nas capacidades humanas. À luz das reflexões de Amartya Sen sobre a liberdade substantiva, assinale a alternativa correta.

- (A) A equidade social é um objetivo secundário que deve ser buscado apenas após a consolidação do desenvolvimento econômico absoluto, pois a redistribuição de renda em fases iniciais de industrialização impede o acúmulo de capital necessário para a infraestrutura.
- (B) O equilíbrio entre desenvolvimento e equidade é alcançado quando o Estado garante que todos os indivíduos possuam a mesma renda per capita, independentemente de suas capacidades individuais ou das restrições culturais impostas pelo meio social em que vivem.
- (C) O desenvolvimento econômico de uma região deve ser avaliado primordialmente pela expansão das liberdades substantivas e das capacidades das populações locais de escolherem modos de vida que valorizam, superando a métrica exclusiva do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) regional.
- (D) O desenvolvimento como liberdade pressupõe que a economia de mercado é o único mecanismo capaz de garantir a equidade social, sendo a intervenção estatal para o reconhecimento de territórios tradicionais um entrave ao progresso técnico-científico nacional.

Questão 39

O conceito contemporâneo de quilombo no Brasil, sedimentado por normativas federais e estudos antropológicos, abandonou a visão arqueológica e isolacionista do período colonial em favor de uma perspectiva de resistência e identidade étnica. Em relação ao Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, assinale a alternativa correta.

- (A) A emissão do certificado de autorreconhecimento é uma atribuição exclusiva do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que deve realizar perícia genética nos moradores para confirmar a ascendência africana direta dos requerentes.
- (B) O reconhecimento de uma comunidade como quilombola depende obrigatoriamente da comprovação arqueológica de que o território foi um refúgio de escravizados no período colonial, sendo vedado o reconhecimento de grupos formados após a abolição da escravatura.
- (C) A caracterização de uma comunidade quilombola baseia-se no critério de autoatribuição, definido como a percepção dos próprios membros sobre sua identidade étnica e trajetória histórica própria, aliada à ocupação de territórios com ancestralidade negra.
- (D) O conceito contemporâneo de quilombo exige o isolamento geográfico e a manutenção de uma economia de subsistência primitiva, sendo que a integração com o mercado de trabalho urbano descaracteriza a identidade quilombola para fins de titulação de terras.

Questão 40

No âmbito do licenciamento ambiental de grandes empreendimentos, a socioantropologia atua na identificação de impactos sobre grupos sociais cujas dinâmicas fogem à lógica urbana industrial. Frequentemente, o conceito de "comunidade" é operado de forma simplista pela gestão pública, ignorando a fluidez das fronteiras simbólicas e a agência dos sujeitos. Considerando a perspectiva crítica de Fredrik Barth sobre grupos étnicos e fronteiras sociais, assinale a alternativa correta.

- (A) A distinção entre sociedade e comunidade reside exclusivamente no fato de que a primeira é regida por contratos econômicos globais, enquanto a segunda é incapaz de participar de processos de desenvolvimento econômico devido ao seu isolamento cultural absoluto.
- (B) O conceito de cultura deve ser compreendido como um estoque imutável de tradições e costumes que o indivíduo recebe passivamente da sociedade, garantindo que o licenciamento ambiental identifique grupos isolados por sua pureza étnica original.
- (C) A comunidade é definida sociologicamente como um agrupamento espontâneo de indivíduos que compartilham o mesmo espaço geográfico, sendo que a ausência de conflitos internos é o requisito técnico primordial para o reconhecimento de sua identidade tradicional.
- (D) A identidade de uma comunidade em contextos de licenciamento ambiental não deve ser buscada em um conteúdo cultural interno estático ou em traços objetivos, mas nos mecanismos de distinção e manutenção de fronteiras sociais que o grupo estabelece em relação a outros atores.

Legislação e Políticas Públicas

Questão 41

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ) foi instituída para promover o desenvolvimento sustentável e o bem viver das comunidades quilombolas. Analise as afirmativas a seguir sobre seus eixos de atuação:

I.A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ) estrutura-se em eixos como a integridade territorial e o uso sustentável dos recursos naturais, visando a proteção da biodiversidade e dos saberes tradicionais.

II.O eixo voltado à infraestrutura e serviços básicos deve observar as especificidades dos territórios quilombolas, garantindo o saneamento ambiental e a conectividade digital compatíveis com os modos de vida tradicionais.

III.O financiamento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ) deve ser realizado exclusivamente por meio de impostos sindicais dos trabalhadores rurícolas, sendo vedada a utilização de recursos do Orçamento Geral da União.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) III apenas.
- (C) II apenas.
- (D) I e II apenas.

Questão 42

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) instituiu a Servidão Ambiental como um instrumento de gestão para a conservação voluntária de áreas naturais. Segundo as alterações introduzidas pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, sobre o regime jurídico desse instrumento, assinale a alternativa correta.

- (A) A servidão ambiental pode ser instituída por instrumento público ou particular, dispensando-se a averbação na matrícula do imóvel no Registro de Imóveis para fins de validade contra terceiros rurícolas, desde que o imóvel esteja devidamente inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- (B) A instituição da servidão ambiental implica obrigatoriamente a redução imediata da área de Reserva Legal do imóvel, visando a compensação de danos ambientais pretéritos ocorridos em áreas de assentamento de reforma agrária de interesse da união.
- (C) O proprietário que instituir servidão ambiental fica impedido de realizar qualquer atividade de manejo florestal sustentável na área objeto do gravame, sendo a regeneração natural a única modalidade admitida para a manutenção da biodiversidade local.

(D) O detentor da servidão ambiental poderá alienar, ceder ou transferir a servidão, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter perpétuo, em favor de outro proprietário rural ou de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como finalidade social.

Questão 43

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece que a logística reversa deve ser implementada para produtos que apresentem riscos ambientais específicos após o consumo. De acordo com o regime de responsabilidade compartilhada, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos abrange os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.
- (B) Os planos de gerenciamento de resíduos sólidos das empresas de mineração devem ser elaborados exclusivamente pelo Ministério de Minas e Energia, dispensando a participação de responsáveis técnicos habilitados pelo conselho profissional.
- (C) A logística reversa de embalagens de agrotóxicos é uma faculdade do produtor rural, sendo vedada a aplicação de penalidades administrativas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em caso de queima dos recipientes no território quilombola.
- (D) O consumidor é o único responsável pela destinação final ambientalmente adequada dos resíduos eletroeletrônicos, cessando a responsabilidade do fabricante no ato da entrega do Certificado de Garantia do produto rural em território nacional.

Questão 44

O sensoriamento remoto é uma ferramenta poderosa para a fiscalização de grandes territórios rurais e quilombolas. Sobre a aplicação da análise de imagens geoespaciais no licenciamento ambiental rural, assinale a alternativa correta.

- (A) A análise de séries temporais de imagens de satélite permite identificar alterações na cobertura vegetal e no uso do solo em territórios quilombolas, subsidiando a verificação do cumprimento das condicionantes de preservação estabelecidas no licenciamento de empreendimentos rurícolas.
- (B) A utilização de drones para o mapeamento de áreas de roça rural em comunidades quilombolas é proibida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), visando evitar que a luz infravermelha dos sensores ópticos cause a infertilidade dos solos rurícolas tradicionais locais.

(C) As imagens geoespaciais para fins de licenciamento ambiental devem ser coletadas exclusivamente por câmeras fotográficas analógicas operadas por pilotos civis rurícolas, sendo vedado o uso de dados de satélites internacionais devido à soberania sobre o espectro eletromagnético quilombola nacional.

(D) O sensoriamento remoto é tecnicamente incapaz de distinguir entre floresta nativa amazônica e plantios de monoculturas rurícolas mecanizadas, sendo as vistorias terrestres a única forma admitida por lei para a aplicação de multas ambientais federais no bioma amazônico.

Questão 45

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) estabelece compromissos para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Sobre o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) e as diretrizes de adaptação, assinale a alternativa correta.

- (A) O Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) será operacionalizado em bolsas de mercadorias e futuros, entidades de balcão organizado e entidades de liquidação e custódia autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- (B) A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) estabelece que as metas de redução de desmatamento na Amazônia Legal são meras sugestões éticas, não possuindo vinculação jurídica para o indeferimento de licenças ambientais de grandes hidrelétricas.
- (C) O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) destina-se exclusivamente ao pagamento de salários de consultores internacionais, sendo proibida a sua aplicação em projetos de recuperação de vegetação nativa em territórios quilombolas impactados por secas extremas.
- (D) As medidas de mitigação devem ser aplicadas exclusivamente nos centros urbanos com mais de um milhão de habitantes, sendo vedada a exigência de inventários de emissões para empreendimentos de agroindústria localizados em áreas rurais de reforma agrária.

Questão 46

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) visa garantir a reprodução física, social e cultural desses grupos. Acerca dos objetivos desta política, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) Entende-se por Territórios Tradicionais os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

(__) A referida política objetiva garantir aos povos e comunidades tradicionais seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade e organização social.

() O desenvolvimento sustentável previsto nesta política deve priorizar a substituição das tecnologias tradicionais de manejo por técnicas de agricultura mecanizada de larga escala financiadas pelo Plano Safra rural.

() Um dos objetivos específicos é o de promover e consolidar o acesso aos serviços de saúde e educação, adequados aos contextos socioculturais, às particularidades e especificidades dos povos e comunidades tradicionais.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, V, F, V.
- (D) V, F, V, F.

Questão 47

A sistematização de dados técnicos é essencial para o controle social e a transparência administrativa do licenciamento ambiental federal. No contexto da produção de relatórios consolidados sobre impactos em áreas quilombolas rurícolas, assinale a alternativa correta.

- (A) Os relatórios sobre o andamento do licenciamento ambiental de empreendimentos rurícolas são documentos de circulação restrita aos acionistas da empresa empreendedora, sendo vedado o acesso de representantes quilombolas a dados sobre poluição hídrica rurícola local.
- (B) A sistematização de dados técnicos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) deve focar exclusivamente no número de hectares desmatados, sendo proibida a inclusão de informações sobre a saúde mental ou segurança alimentar das famílias quilombolas afetadas rurícolas.
- (C) Os relatórios consolidados perdem sua validade técnica caso não sejam assinados por um representante do exército brasileiro, visto que a fiscalização ambiental em áreas quilombolas rurícolas é matéria de segurança nacional e inteligência militar.
- (D) A produção de relatórios consolidados deve integrar dados de monitoramento das condicionantes sociais e ambientais, permitindo ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e às comunidades quilombolas avaliar a eficácia do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) ao longo das etapas de instalação e operação.

Questão 48

O Código Florestal Brasileiro estabelece regimes diferenciados para a recomposição de áreas protegidas em propriedades de base familiar. Acerca das disposições específicas para áreas consolidadas em

Áreas de Preservação Permanente (APP), registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() Nas pequenas propriedades rurais familiares, a recomposição das faixas marginais de cursos d'água naturais será de no máximo 15 (quinze) metros para imóveis com área superior a 2 (dois) e até 4 (quatro) módulos fiscais.

() A inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR) é facultativa para comunidades quilombolas até que ocorra a titulação definitiva do território pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

() A Reserva Legal em imóveis rurais localizados na Amazônia Legal deve ser de 80% (oitenta por cento) na área de florestas, podendo ser reduzida para 50% (cinquenta por cento) para fins de recomposição, se o Estado tiver Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) aprovado.

() Em áreas de Preservação Permanente (APP) situadas em entorno de reservatórios d'água artificiais decorrentes de barreiros, não é exigida a faixa de proteção mínima de 30 (trinta) metros, desde que a área rurícola seja inferior a 1 (um) módulo fiscal.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, V, V, V.

Questão 49

A Instrução Normativa INCRA nº 111/2021 disciplina a atuação do INCRA nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos rurais que impactem territórios quilombolas. Sobre a emissão do Termo de Referência Específico (TRE) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade financeira pela realização de vistorias técnicas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para subsidiar o Termo de Referência Específico (TRE) recai exclusivamente sobre a associação de moradores da comunidade quilombola impactada.
- (B) O Termo de Referência Específico (TRE) para estudos quilombolas é padronizado e imutável para todo o território nacional, sendo vedada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a inclusão de exigências sobre impactos específicos na pesca artesanal quilombola.
- (C) A Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas emitirá o Termo de Referência Específico (TRE) em conformidade com as características do processo, de acordo com a comunidade quilombola e terras envolvidas, a região e a tipologia do empreendimento.

- (D) O Termo de Referência Específico (TRE) perde sua validade se a empresa empreendedora comprovar que o território quilombola está em processo de regularização fundiária há mais de dez anos, passando a competência técnica para o Ministério do Planejamento e Orçamento.

Questão 50

O descumprimento de condicionantes estabelecidas em licenças ambientais enseja a aplicação de sanções administrativas pelo órgão ambiental competente. No que tange às sanções administrativas ao meio ambiente, assinale a alternativa correta.

- (A) As penalidades administrativas ambientais prescrevem em doze meses contados da data da lavratura do auto de infração, sendo vedado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) realizar a cobrança judicial da dívida ativa rural.
- (B) A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo e deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração.
- (C) A aplicação de multas simples impede a apreensão de equipamentos de terraplenagem utilizados em ocupação irregular de terras quilombolas, desde que a empresa empreendedora deposite caução financeira em favor do fundo de assistência rural municipal.
- (D) A suspensão da licença ambiental em territórios quilombolas é proibida se o empreendimento for considerado de utilidade pública rural nacional, sendo a advertência por escrito a única penalidade aplicável para o derramamento de rejeitos químicos em áreas de reserva legal.

Questão 51

A elaboração do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) é uma etapa obrigatória no licenciamento ambiental de empreendimentos que afetem comunidades remanescentes de quilombos. Considerando a Instrução Normativa INCRA nº 111, de 22 de dezembro de 2021, analise as afirmativas a seguir.

I.O Estudo do Componente Quilombola (ECQ) deve ser elaborado por equipe técnica multidisciplinar, sob a responsabilidade e ônus do empreendedor, observando o Termo de Referência específico expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

II.As medidas de mitigação e compensação para os impactos identificados no Estudo do Componente Quilombola (ECQ) devem ser detalhadas no Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), cuja execução deve ocorrer preferencialmente antes do início da operação do empreendimento.

III.A aprovação do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (INCRA) dispensa a realização de consulta prévia às comunidades, visto que os dados técnicos coletados possuem presunção de legalidade e satisfação dos interesses quilombolas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) III apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 52

O Programa Aquilomba Brasil e a Portaria Interministerial nº 60/2015 buscam a integração de ações para a garantia de direitos quilombolas. No que tange aos prazos de manifestação dos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental de empreendimentos rurícolas que afetem essas comunidades, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de omissão da Fundação Cultural Palmares (FCP) no prazo legal, o licenciamento ambiental federal pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é automaticamente considerado aprovado sem condicionantes.
- (B) O Programa Aquilomba Brasil determina que o licenciamento de mineradoras em terras quilombolas deve ser realizado em no máximo 30 dias, dispensando o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para acelerar a geração de empregos rurícolas.
- (C) O Programa Aquilomba Brasil veda a participação de quilombolas em cargos de gestão pública federal, visando preservar a pureza cultural dessas comunidades contra as influências administrativas do Estado brasileiro contemporâneo.
- (D) A Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, estabelece que a Fundação Cultural Palmares (FCP) tem o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre o Estudo do Componente Quilombola (ECQ) após o recebimento dos documentos técnicos.

Questão 53

A audiência pública no processo de licenciamento ambiental é um instrumento de democracia participativa que visa o esclarecimento e o debate sobre o projeto. De acordo com a Resolução CONAMA nº 09, de 3 de dezembro de 1987, sobre a realização deste ato, assinale a alternativa correta.

- (A) O órgão ambiental pode realizar no máximo uma única audiência pública por processo de licenciamento, sendo vedada a oitiva de comunidades quilombolas isoladas devido aos custos de deslocamento das equipes técnicas federais.

- (B) A realização da audiência pública é dispensada em casos de licenciamento de linhas de transmissão de energia elétrica que atravessem territórios quilombolas titulados, desde que a empresa empreendedora realize doações diretas de cestas básicas para a comunidade.
- (C) A audiência pública possui natureza deliberativa, de modo que a desaprovação do projeto pela maioria dos presentes no sindicato rural local obriga o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ao indeferimento imediato da Licença Prévia (LP).
- (D) A audiência pública deverá ocorrer sempre que o órgão ambiental julgar necessário, ou quando for solicitada por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, devendo o edital de convocação ser publicado com antecedência mínima de 45 dias.

Questão 54

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes garante o direito à autodeterminação e à consulta. No que tange à aplicação deste tratado no Brasil para comunidades quilombolas, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito à consulta prévia, livre e informada aplica-se exclusivamente a terras indígenas demarcadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), sendo vedada a sua extensão a comunidades quilombolas rurícolas situadas fora da Amazônia Legal.
- (B) O reconhecimento de um grupo como destinatário da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) depende obrigatoriamente de uma perícia antropológica estatal que comprove a pureza genética do grupo em relação aos antepassados escravizados do período colonial.
- (C) Os povos interessados devem ser consultados mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.
- (D) A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece que o consentimento das comunidades é dispensável em casos de exploração mineral de subsolo, desde que o Estado garanta o repasse de 1% (um por cento) dos lucros para a prefeitura municipal local.

Questão 55

A articulação interinstitucional é fundamental para a governança ambiental e fundiária em territórios tradicionais. No que concerne à atuação conjunta do INCRA e órgãos ambientais em processos de licenciamento rural, assinale a alternativa correta.

- (A) A pauta da sustentabilidade quilombola é de competência exclusiva do Ministério da Cultura, sendo vedado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) interferir em processos de monitoramento de impactos ambientais rurícolas causados por rodovias federais.
- (B) A transversalidade nas políticas públicas ambientais determina que os interesses das empresas empreendedoras rurícolas sempre prevaleçam sobre os direitos territoriais tradicionais em casos de iminência de crise energética nacional no território.
- (C) A articulação interinstitucional entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e empresas de mineração rural impede que as comunidades quilombolas apresentem impugnações judiciais aos laudos técnicos de desapropriação emitidos pela união.
- (D) A transversalidade de pautas implica a coordenação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o órgão licenciador ambiental para garantir que as medidas compensatórias de um empreendimento rural não conflitem com as ações de regularização fundiária do território quilombola.

Questão 56

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que visa o ordenamento territorial. Sobre as diretrizes e aplicação do ZEE em áreas rurícolas com presença de quilombolas, assinale a alternativa correta.

- (A) O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) deve considerar as dinâmicas sociais e culturais das comunidades tradicionais, estabelecendo zonas que assegurem a sustentabilidade dos modos de vida rurícolas e a integridade dos ecossistemas de que dependem.
- (B) O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) federal proíbe a criação de áreas de proteção ambiental em municípios que possuam comunidades quilombolas, visando priorizar a expansão de distritos industriais mecanizados de interesse nacional.
- (C) A elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é uma competência facultativa das empresas de celulose licenciadas em território quilombola, podendo o zoneamento ser substituído por um mapa de produtividade florestal rural de interesse privado.
- (D) A legislação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) estabelece que o uso do solo em territórios quilombolas titulados deve seguir obrigatoriamente as normas de densidade urbana das capitais estaduais rurícolas, ignorando-se o extrativismo tradicional de baixo impacto.

Questão 57

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) define instrumentos de gestão voltados para a racionalização

do uso da água. Considerando as normas sobre enquadramento e cobrança, analise as afirmativas a seguir.

I.O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes, visa assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas e diminuir os custos de combate à poluição.

II.A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva dar ao usuário uma indicação do real valor da água e incentivar a racionalização de seu uso, sendo os valores arrecadados aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados.

III.O monitoramento dos corpos d'água é uma atribuição exclusiva das empresas concessionárias de energia elétrica, sendo vedada a participação de comunidades quilombolas na coleta de dados hidrológicos rurícolas para o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III apenas.
- (D) II apenas.

Questão 58

A Lei de Crimes Ambientais estabelece sanções para condutas lesivas ao meio ambiente e ao patrimônio cultural. Considerando a responsabilidade das pessoas jurídicas e as circunstâncias agravantes, analise as afirmativas a seguir:

I.A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato, podendo as entidades coletivas ser responsabilizadas nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal no interesse da entidade.

II.O cometimento de crime ambiental contra comunidades quilombolas ou povos tradicionais rurícolas constitui circunstância agravante da pena, dada a maior vulnerabilidade social e cultural desses grupos.

III.O pagamento de multa administrativa por descumprimento de condicionantes da licença ambiental extingue automaticamente a punibilidade criminal dos diretores da empresa, sendo vedada a persecução penal pelo Ministério Público Federal (MPF) após a quitação da dívida rurícola.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) II apenas.
- (C) III apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 59

O processo de licenciamento ambiental é composto por etapas sucessivas que verificam a viabilidade e o cumprimento de condicionantes. Acerca do regime das licenças e da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)A Licença Prévia (LP) é concedida na fase preliminar do planejamento, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases.

(__)A Licença por Adesão e Compromisso (LAC) pode ser emitida para atividades de baixo e médio potencial poluidor, baseando-se em declaração de conformidade do empreendedor, sem necessidade de análise prévia pelo órgão ambiental.

(__)A Licença de Instalação (LI) autoriza o início da operação da atividade poluidora, desde que o empreendedor comprove a execução integral das medidas de compensação social em comunidades quilombolas rurícolas.

(__)O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) deve ser redigido em linguagem acessível, ilustrado por mapas e gráficos, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto e todas as consequências ambientais de sua implementação.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, V, V, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, F, V.

Questão 60

O monitoramento de impactos socioambientais em terras quilombolas exige o uso de indicadores sensíveis às dinâmicas tradicionais rurícolas. Acerca do monitoramento e do uso de tecnologias geoespaciais, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)O monitoramento participativo permite que a própria comunidade quilombola identifique alterações na qualidade da água e na disponibilidade de recursos extrativistas, servindo de alerta precoce para o descumprimento de condicionantes ambientais.

(__)Indicadores sociais de avaliação devem incluir a "segurança alimentar tradicional", mensurando se o empreendimento licenciado está impedindo o acesso das famílias quilombolas às áreas de roça rurícola ou coleta de frutos nativos.

(__)O uso de imagens de satélite com alta resolução temporal é ineficaz para o monitoramento de desmatamentos em territórios quilombolas, pois as sombras da floresta amazônica impedem a detecção de clareiras rurícolas inferiores a cinco hectares.

(__) A variação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal é o único indicador fidedigno aceito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o monitoramento de impactos específicos de uma barragem de mineração sobre uma comunidade quilombola.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) V, V, F, F.
- (C) V, V, V, V.
- (D) F, F, V, V.

Realização
Instituto
ACCESS